

# Trabalho interdisciplinar e equipe multiprofissional em um serviço de apoio aos estudantes do ensino superior

---

CARLOS EDUARDO SAMPAIO BURGOS DIAS<sup>1</sup>

---

## Resumo

Este trabalho é um relato de experiência, que busca descrever e problematizar, à luz do conceito da interdisciplinaridade, a rotina de trabalho de uma equipe multiprofissional em um serviço de apoio aos estudantes na assistência estudantil da Universidade Federal de São Paulo. A descrição dessa rotina é discutida no campo de estudos sobre ensino superior, buscando situá-la dentro das recentes políticas públicas de expansão do ensino superior brasileiro. O relato aponta para as possibilidades e limites de se trabalhar em uma perspectiva interdisciplinar. Ele não busca definir ou estabelecer padrões de como as equipes multiprofissionais devem atuar, mas sim contribuir com as reflexões sobre os serviços de apoio aos estudantes e a necessidade de formação dos profissionais, sugerindo o trabalho interdisciplinar como possibilidade, a partir da discussão de casos provenientes desses serviços.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Assistência estudantil. Trabalho em equipe.

## Interdisciplinary work and multiprofessional team in a students support service for higher education

## Abstract

This work is an experience report, which seeks to describe and problematize, in the light of the concept of interdisciplinarity, the work routine of a multidisciplinary team in a students support service in student assistance at the Federal University of São Paulo. The description of this routine is discussed in the field

of studies on higher education, seeking to place it within the recent public policies for the expansion of Brazilian higher education. The report points to the possibilities and limits of working in an interdisciplinary perspective, it does not seek to define or establish standards for how multiprofessional teams should act, but rather to contribute to reflections on student support services and the need for training professionals, suggesting interdisciplinary work as a possibility, based on the discussion of cases from these services.

Keywords: Interdisciplinarity. Student assistance. Team work.

## **Trabajo interdisciplinario y equipo multiprofesional en un servicio de apoyo a estudiantes de educación superior**

### **Resumen**

Este trabajo es un relato de experiencia, que busca describir y problematizar, a la luz del concepto de interdisciplinariedad, la rutina de trabajo de un equipo multidisciplinario en un servicio de apoyo a estudiantes en asistencia estudiantil de la Universidad Federal de São Paulo. La descripción de esta rutina se discute en el campo de los estudios de la educación superior, buscando ubicarla dentro de las políticas públicas recientes para la expansión de la educación superior brasileña. El informe apunta a las posibilidades y límites de trabajar en una perspectiva interdisciplinar, no busca definir ni establecer estándares de cómo deben actuar los equipos multiprofesionales, sino contribuir a las reflexiones sobre los servicios de apoyo al estudiante y la necesidad de formar profesionales, sugiriendo el trabajo interdisciplinario como una posibilidad, a partir de la discusión de casos de estos servicios. Palabras clave: Interdisciplinariedad. Asistencia estudiantil. Trabajo en equipo.

### **Introdução**

Este trabalho insere-se no campo de estudos sobre ensino superior<sup>2</sup> e busca descrever e problematizar a rotina de trabalho de uma equipe multiprofissional na assistência estudiantil. As reflexões aqui contidas são frutos de conversas e trocas de experiências com outros profissionais ligados a serviços de apoio aos estudantes do ensino superior, iniciado com minhas colegas da equipe de trabalho e, posteriormente, com outros profissionais durante os encontros do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE). O trabalho está dividido em: introdução, contextualizando a expansão do ensino superior no Brasil e a emergência dos serviços de apoio aos estudantes; uma seção sobre assistência e

permanência estudantil; uma seção sobre a institucionalização dos assuntos estudantis na UNIFESP; uma seção relatando a rotina de trabalho de uma equipe multiprofissional na perspectiva da interdisciplinaridade; uma seção discutindo a interdisciplinaridade em equipes multiprofissionais; e, por fim, as considerações finais.

De acordo com Dias e Sampaio (2020, p. 28), em relação à expansão do ensino superior, independentemente das suas razões, tempos e lugares, “[...] se trata de um fenômeno geral: os sistemas nacionais tornam-se maiores, abrangendo um número cada vez maior de jovens em idade de cursar esse nível de ensino”.

Segundo Schwartzman (2014), em 2011 havia 190 milhões de estudantes de ensino superior, e a estimativa é que esse número chegue a 250 milhões em 2025. Ainda segundo o autor, haveria no mínimo três explicações: a expansão dos mercados de trabalho, a valorização dos diplomas de nível superior e a ampliação da juventude.

Neves, Sampaio e Heringer (2018, p. 20) apontam que “dados empíricos demonstram que uma maior qualificação de recursos humanos aumenta as taxas de retorno em termos de rendimento e empregabilidade”; dessa forma, ainda segundo as autoras, “governos de toda parte passam a conceber a educação superior como um fator essencial de competitividade econômica entre os países”. Para elas, outro argumento de caráter mais sociológico “passa a considerar o acesso à educação superior como um importante mecanismo para a redução da desigualdade de oportunidades e para a promoção da mobilidade social” (NEVES; SAMPAIO; HERINGER, 2018, p. 20).

Ao discutirem os “Benefícios do ensino superior”, Figueiredo *et al.* (2017) argumentam que investir nesse nível de ensino é interessante aos indivíduos e ao Estado. Praticamente em todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “[...] a proporção de pessoas que se dizem satisfeitas com a sua vida é significativamente mais elevada entre os que têm o ensino superior do que entre os que concluíram o ensino secundário” (FIGUEIREDO *et al.*, 2017, p. 11). Essa satisfação, segundo os autores, estaria relacionada com a posição no mercado de trabalho, melhores salários e melhor empregabilidade.

O ensino superior brasileiro expandiu principalmente em dois períodos, nas décadas de 1960-1970 e nos anos 2000. Nesse último período, o número de matrículas saltou de 3.479.913 em 2002 para 8.450.755 em 2018 (INEP, 2019). Desse total, mais de 75% se referem ao ensino priva-

do. Em 2018, estavam matriculados no ensino superior público 2.077.481 estudantes, dos quais 1.123.649 em universidades federais, em comparação aos 500.459 em 2002. Na Tabela, constam apenas os números referentes às universidades federais nesse período, dado que o relato de experiência se dá em uma universidade federal. Assim, neste período de 2002 a 2018, o número de universidades federais subiu de 43 para 63; já o número de docentes praticamente dobrou, saindo de 48.056 para 97.580, e o número de técnicos administrativos seguiu a mesma proporção, indo de 57.573 para 108.878.

Tabela – Expansão das universidades federais em quantidade, matrículas, número de professores e técnicos administrativos no período de 2002-2018.

	2002	2006	2010	2014	2018
Universidades federais	43	53	58	63	63
Matrículas	500.459	556.231	763.891	1.046.467	1.123.649
Docentes	48.056	52.881	74.059	88.748	97.580
Técnicos administrativos	57.573	59.637	86.577	102.626	108.878

Fonte: elaborada pelo autor a partir de dados do censo do ensino superior (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018).

Assim, verificamos que o crescimento do número de matrículas, contratação de docentes e técnicos administrativos se deu, principalmente, entre os anos de 2006 e 2014, período de vigência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007a).

Entre as várias metas estipuladas no REUNI, a principal delas era dobrar em dez anos, a partir de 2008, o número de estudantes de graduação nas universidades federais. Para Heringer (2011, p. 6), “o REUNI buscava criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior através de um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. A autora ainda aponta que o REUNI visava atingir uma taxa de conclusão média de 90% nos cursos de graduação presenciais, bem como alcançar uma relação alunos/professor da ordem de 18/1 (HERINGER, 2011).

Somam-se ao REUNI outras políticas que buscaram ampliar o acesso e diversificar o público nas universidades federais, como a introdução do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2010 (BRASIL, 2010a) e, em

especial, a implementação da “Lei de cotas” em 2012 (BRASIL, 2012). Para Honorato, Vargas e Heringer (2014, p. 3), essas políticas “implicam uma revisão nas políticas de permanência (e de assistência) e, portanto, podem ser consideradas como inovadoras políticas de acesso”.

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que, em 2010, tornou-se um decreto presidencial (BRASIL, 2007b, 2010b). Silva e Carvalho (2020) observam que o PNAES caracteriza o início da terceira fase da assistência estudantil no Brasil.

O objetivo do PNAES é atender estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior (IFES), preferencialmente com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo. O PNAES prevê a articulação de ações com atividades de ensino, pesquisa e extensão, podendo ser organizada nos seguintes eixos: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotados (BRASIL, 2010b).

No Brasil, quando se analisa a recente expansão do ensino superior, discute-se se a expansão quantitativa significaria democratização (COULON, 2017). De forma geral, estudos como o de Coulon (2017) questionam se o crescimento numérico de matrículas e instituições significou acesso ao ensino superior e permanência nele.

Felicetti e Morosini (2009, p. 21) discutem se a equidade oferecida para o ingresso no ensino superior resolveria a “iniquidade do ensino público fundamental e médio”. Para Altbach e Haddad (2009), os serviços de apoio aos estudantes ganharam relevância nas instituições por auxiliarem na permanência dos estudantes. Para eles, esses serviços deveriam ser vistos como parte dos sistemas de ensino superior, e o sucesso acadêmico depende de estudantes saudáveis, motivados e qualificados para os estudos.

Dias e Sampaio (2020) apontam que o desenvolvimento dos serviços de apoio aos estudantes se deu em paralelo à expansão dos sistemas nacionais de ensino superior em resposta à diversificação de seus públicos. Segundo eles, mesmo sendo uma área emergente de pesquisas, “o reconhecimento de sua importância é crescente, uma vez que neles se deposita parte considerável do sucesso do ensino superior na contemporaneidade” (DIAS; SAMPAIO, 2020, p. 36).

De acordo com Fried e Lewis (2009), a maioria dos países não tem formação em nível de graduação para profissionais de assuntos estudantis, e estes acabam treinando e aprendendo no próprio trabalho. Eles apontam que, em alguns países, como Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Alemanha, Filipinas, África do Sul e Reino Unido, algumas organizações de profissionais de serviços estudantis foram criadas, as quais proporcionam o desenvolvimento profissional de seus membros e facilitam as trocas de experiências e de ideias promovendo oportunidades para networking com outros profissionais. Altbach e Haddad (2009) reforçam que os profissionais dos serviços de assuntos estudantis têm formações variadas, como medicina, psiquiatria, psicologia clínica e aconselhamento, educação, educação física, educação em saúde, entre outros.

## **A permanência e a assistência estudantil**

Para Imperatori (2017), as ações de assistência aos estudantes não são recentes, com os primeiros programas de alimentação e moradia universitária datando os anos 1930. No diálogo com outros autores, ela aponta para a relação clientelista das ações de assistência, destacando que a trajetória da assistência estudantil “[...] está conectada com a trajetória da assistência social, sendo as duas resultantes de lutas de movimentos sociais no contexto do fim da ditadura militar, e promulgação da Constituição Federal de 1988” (IMPERATORI, 2017, p. 292-293).

Ainda segundo Imperatori (2017), o PNAES definiu os eixos de ação da assistência estudantil, mas não a sua forma de implementação, preservando a autonomia das instituições e a possibilidade de atenderem a diversidade de demandas. Ela adverte que a falta de critérios de verificação dos fatores socioeconômicos dá margem ao uso clientelista do PNAES, assim como a falta de indicadores daquilo que seria a finalidade do programa, por exemplo, o rendimento acadêmico dos estudantes, também pode contribuir para um uso equivocado do PNAES (IMPERATORI, 2017). Mesmo assim, ela compreende as virtudes do programa, situado na “interseção da assistência social com a educação, e representa um avanço no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social” (IMPERATORI, 2017, p. 297-298).

Mas, afinal, o que é assistência estudantil? Essa é uma das perguntas iniciais dos profissionais quando começam suas atividades na área. Normalmente, a primeira dificuldade desses profissionais é compreender o que a sua profissão contribui com esse espaço, interseccionado entre serviço social, educação, psicologia, saúde, nutrição, cultura, educação física etc. Compreender o que é assistência estudantil pode ser um grande passo para que o profissional possa se entender em um serviço de apoio aos estudantes.

Para o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), órgão da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a política de assistência estudantil

[...] é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Heringer (2014, p. 27) defende que as políticas de permanência sejam planejadas para todo e qualquer estudante universitário, enquanto as políticas de assistência se destinariam “[...] àqueles em situação de maior vulnerabilidade, vivenciando situações que possam comprometer sua permanência, incluídas aí as dificuldades de ordem financeira”. Honorato, Vargas e Heringer (2014) afirmam que as políticas de permanência são mais abrangentes e pensadas para a inserção plena dos estudantes, citando a iniciação científica e o apoio a eventos como possibilidades. Ainda assim, para as autoras, as políticas de assistência estudantil “estariam contidas nas políticas de permanência, mas teriam um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas” (HONORATO; VARGAS; HERINGER, 2014, p. 2). Porém, “na prática e nos diferentes arranjos institucionais para a implantação destas políticas, as ações de permanência e assistência estudantil são integradas, às vezes, sobrepostas ou mesmo confundidas” (HERINGER, 2014, p. 28).

## A institucionalização dos assuntos estudantis na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) foi criada em 2010 como reflexo à expansão da universidade via REUNI e com a responsabilidade de gerir o PNAES. Em seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional, a PRAE definiu como sua missão: “promover ações institucionais direcionadas ao acesso e à permanência – até a conclusão dos estudos superiores – de todos os estudantes de graduação e pós-graduação da Unifesp” (UNIFESP, 2010, p. 49). Nesse processo, a PRAE entendia que a expansão evidenciou a necessidade de se implementar uma política de assistência estudantil.

É importante destacar que as demandas não surgem com essa estrutura; elas já eram conhecidas da universidade e atendidas de alguma forma. Nos *campi* já existentes antes da PRAE, políticas de alimentação, com ou sem restaurante universitário, já existiam, assim como auxílios financeiros e os Núcleos de Apoio aos Estudantes (NAE). Esse processo de se criar algo novo em cima de uma estrutura já em funcionamento possibilitou com que muitas leituras diferentes fossem feitas do papel dessas equipes nos núcleos.

A UNIFESP tem atualmente sete *campi* (São Paulo, Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos, Osasco e Zona Leste), e em todos há um NAE. Por definição regimental, o NAE “é um órgão multiprofissional de apoio aos estudantes” de graduação, mestrado, doutorado e residentes, sendo as equipes formadas por: coordenação, assistente administrativo e por profissionais “das áreas de serviço social, da educação e da área da saúde, e por outras categorias profissionais de modo a atender as demandas específicas dos campi” (UNIFESP, 2012, p. 2).

Os NAE têm, entre as suas atribuições:

- I. Promover ações que visem contribuir para as políticas de permanência estudantil;
- II. Contribuir para o desenvolvimento acadêmico, visando à formação integral e de qualidade; [...]
- V. Atuar junto a diferentes órgãos internos e externos; (UNIFESP, 2012, p. 2-3).

Competindo mais especificamente à equipe multiprofissional, ela deve executar as políticas de assistência da PRAE e

[...] II. Contribuir para o desenvolvimento acadêmico, visando a formação de qualidade; III. Trabalhar de forma coletiva na perspectiva da interdisciplinaridade; [...] IX. Trabalhar de forma intersetorial com os equipamentos universitários (UNIFESP, 2012, p. 3-4).

O Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) do *campus* Osasco foi criado em 2011<sup>3</sup> e atualmente conta com uma assistente social, uma psicóloga, uma enfermeira, um pedagogo e uma coordenadora.

## **A rotina de trabalho do NAE na perspectiva da interdisciplinaridade**

O *campus* em que atuamos é fisicamente<sup>4</sup> pequeno, e isso traz inúmeras dificuldades de falta de espaços para atividades, mas traz possibilidades interessantes. Por ser pequeno e ter apenas uma entrada, é possível que conheçamos todos os estudantes, ao menos visualmente, assim como os professores e os demais profissionais técnicos-administrativos. Isso permite, quando necessário, que a busca por informações ou suporte de outras pessoas seja relativamente rápida. Dessa forma, toda a equipe fica localizada em um mesmo espaço, uma sala que, em outros tempos, já teve divisões por área profissional, mas que hoje reúne todos os profissionais lado a lado em suas mesas. A sala de trabalho é dividida em três áreas: a primeira é onde a equipe fica, com mesas para cada profissional, uma mesa redonda e um sofá, e nesse espaço podemos fazer pequenas reuniões; a segunda área fica dentro da primeira, e são duas pequenas salas de 4 m<sup>2</sup> com revestimento acústico para acolhimentos individuais que necessitam de sigilo; a terceira área é sala dos projetos, um espaço com computadores e mesas que são utilizadas também como espaço de estudo e descanso.

Quando um estudante chega ao NAE, ele não sabe quem é a psicóloga ou a enfermeira. Mesmo que ele busque um profissional específico, nós perguntamos qual é a demanda dele. É feita uma avaliação se o estudante veio buscar informações ou falar de si e de sua vida. Em ambos os casos, avaliamos nossa competência profissional, se é um caso que um profissional poder resolver ou se demandará a equipe. Quando se trata de informações, mesmo que não condizentes ao setor, ensinamos o caminho

das informações institucionais, apresentando a universidade ou os caminhos virtuais e a lógica das páginas eletrônicas da UNIFESP.

Quando se trata de um acolhimento, visamos ouvir o estudante, sem fazer julgamentos, e pensar nas melhores formas de atendê-lo, buscando caminhos institucionais, soluções internas na própria equipe ou possibilidades externas. Atualmente, trabalhamos com a ideia de “porta aberta”, ou seja, durante o horário de atendimento, das 8h30 às 20h30, qualquer estudante que chegar será atendido. Como o horário de atendimento é maior que a jornada de trabalho dos profissionais<sup>5</sup>, na prática o que acontece é uma espécie de revezamento, no entanto o estudante tem ao menos um profissional para fazer o acolhimento, e esse profissional buscará ao máximo já dar a tratativa necessária à demanda, podendo, se necessário, agendar um novo acolhimento com outros profissionais da equipe

A equipe faz agendamentos, em geral, por e-mail e redes sociais, e pessoalmente o mais habitual é agendar retornos. Apesar da redação deste trabalho se dar em meio a uma pandemia por coronavírus que nos trouxe o distanciamento social e impulsionou o uso de meios virtuais de forma mais frequente, de maneira geral muitas atividades já eram realizadas virtualmente, incentivada há algum tempo pelos próprios estudantes, que diziam que isso otimizaria o tempo deles e abrangeria mais estudantes, especialmente em relação às oficinas e cursos e/ou com informações específicas, como estágio, rematrícula, auxílios etc. Os acolhimentos individuais sempre foram muito valorizados pelos estudantes e, em 2020, também passaram a ser realizados remotamente, aumentando a possibilidade de horários e a participação de toda a equipe.

O NAE Osasco entende por acolhimentos multidisciplinares

[...] aqueles que demandam mais de uma área profissional. De modo geral, cada integrante da equipe tem condições de acolher as demandas de estudantes, sejam pedagógicas, socioeconômicas ou relativas à saúde e a situações de conflito, por exemplo. No entanto, a complexidade de algumas situações exige o acolhimento multidisciplinar, que possibilita a mobilização de mais de uma área profissional e o trabalho integrado. Nesses acolhimentos, os temas abordados foram: organização de estudos; orientações sobre matrícula, rematrícula, cancelamento de disciplinas, trancamento de curso, solicitação de maior prazo para cumprir curso e jubileamento; vulnerabilidade socioeconômica e permanência

de estudantes negros(as) e de estudantes advindos(as) de escola pública; acessibilidade e atendimento a pessoas com deficiência; relacionamentos familiares; relacionamentos afetivo-sexuais; hormonioterapia; abuso de álcool e outras substâncias; ansiedade; luto; transtornos mentais; ideação suicida e tentativa de suicídio; relação entre estresse, trabalho, estágio, família, distância da faculdade, e aprendizagem ritmo circadiano; situações de violência doméstica entre pais(mães) e filhas(os) e entre parceiros(as); outras situações de violência (UNIFESP, 2020, p. 4).

Esses acolhimentos, às vezes, são feitos com mais de um profissional, dependendo das demandas e possibilidades de escuta, e, às vezes, por apenas um profissional. Normalmente após o acolhimento, o profissional consulta o estudante para saber o que pode compartilhar com os demais profissionais da equipe, e, geralmente, esse aluno autoriza compartilhar suas questões. Nesse diálogo, é combinado um retorno desse estudante, e a equipe discute o caso e pensa nas formas de apoio.

Nesse processo de acolher, escutar e buscar encaminhamentos, alguns estudantes criam vínculos com um profissional específico, mas nem sempre esse vínculo tem relação específica com a área profissional; é mais uma questão de identificação, pois os estudantes “escolhem” seu profissional de referência.

Nessa rápida descrição da rotina da equipe, destacam-se cinco conceitos importantes para a dinâmica do nosso trabalho: atendimento, acolhimento, escuta, vínculo e profissional de referência. A compreensão desses conceitos pela equipe demanda muito diálogo entre os profissionais, que buscam alinhar suas compreensões a partir dos seus conhecimentos, das atribuições do NAE e das possibilidades institucionais de respostas.

A equipe tem reuniões semanais em que são discutidos os casos e acolhimentos dos dias anteriores ou aqueles que demandam mais atenção, os “casos complexos”. Muitas situações são discutidas no cotidiano, sem reuniões. Como a equipe fica na mesma sala, o diálogo é constante, sendo comum tratar de situações de maneira mais “informal” e, quando necessário, fechar a sala e interromper os acolhimentos para conversar sobre a situação.

Nas reuniões também se discutem questões administrativas e funcionais da equipe e se faz um café. Pode parecer supérfluo falar de café na rotina da equipe, mas não me refiro à pausa em si, mas ao simbolismo

do ato de comunhão e, mais especificamente, a uma estratégia corriqueira de aproximação com os estudantes. Muitos procuram a sala por saberem que há café, que é gratuito, e que eles podem tomar sentados no sofá em um ambiente aparentemente sem as pressões do universo acadêmico. Aos poucos, eles ficam frequentes e passam a fazer o café e a divulgá-lo.

Outro ponto que faz com que tenhamos que ser interdisciplinares é a participação em espaços deliberativos da instituição, em que a vida acadêmica dos estudantes é discutida. Em muitos casos, somos convidados a opinar, então estudamos o caso. Assim, esses espaços deliberativos nos impulsionam para um trabalho interdisciplinar. Ocupar esses espaços foi uma opção da equipe, não uma obrigação.

O apoio dado às entidades estudantis na organização de eventos com temáticas variadas também contribui para as reflexões interdisciplinares. O apoio vai desde discussões conceituais, em que discutimos com eles os objetivos e a natureza da atividade, até apoios mais formais, como cadastrar uma atividade na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura para que a atividade seja validada institucionalmente. Apoiar e discutir esses eventos com as entidades acabam por transformar esses veteranos em colaboradores do NAE, estudantes com grande potencial de penetração e compreensão dos variados grupos estudantis.

A boa relação da equipe com a maioria dos docentes do *campus* também é uma importante parceria. Eles nos auxiliam a identificar estudantes que necessitam de apoio, pensar em diferentes estratégias e encaminhamentos, assim como se dispõem a pensar em atividades que sejam de alguma maneira preventiva e promovam o bem-estar acadêmico, como cursos e oficinas de apoio à aprendizagem. Nessa parceria com os docentes, que se estende às coordenações de curso e à diretoria acadêmica, o diálogo fácil e prático permite também pensar de forma multiprofissional, ao superarmos as divisões clássicas de categorias universitárias, docentes e técnicos.

Os principais parceiros do NAE são os estudantes bolsistas e voluntários que participam dos nossos projetos. O NAE tem dois projetos de iniciação à gestão<sup>6</sup>: o Sustentabilidático e o LAPES (Liga de Apoio ao Estudante). O Sustentabilidático<sup>7</sup> trabalha recebendo doações de fotocópias dos textos utilizados nas disciplinas; então, esse material é reorganizado e doado novamente, possibilitando que estudantes sem condições financeiras de usar o serviço de fotocópia possam ter acesso aos materiais e ainda diminuir o impacto ambiental das atividades acadêmicas. Já o LAPES<sup>8</sup> é um projeto

que visa desenvolver atividades de suporte acadêmico aos estudantes, como oficinas e cursos de apoio à aprendizagem. Esses bolsistas e voluntários participam de uma série de atividades com o NAE, e isso faz deles colaboradores essenciais – nós os chamamos de “tentáculos”. Isso acontece porque na dinâmica do trabalho, no desenvolvimento dos projetos, aos poucos eles vão compreendendo o que é assistência estudantil e o que é a permanência estudantil e, por estarem próximos de seus colegas na sala de aula ou outros ambientes e terem aprendido a compreender demandas subjetivas, acabam tendo grande capacidade de identificação de colegas que precisam de algum auxílio. No aspecto formativo, só a participação deles nos projetos, compreendendo um pouco dos conceitos de assistência e permanência estudantil, já seria possível considerar o êxito dos projetos. Mas eles transcendem esse resultado ao contribuírem na forma prática com a permanência estudantil de seus colegas, principalmente nos auxiliando com aqueles estudantes que não chegariam sozinhos até o NAE.

A relação da equipe com os estudantes tem melhorado nos últimos anos, pois, aos poucos, o serviço tem sido mais conhecido e valorizado por eles. Essa aproximação se deu por meio de algumas estratégias, como as já citadas, mas também com um trabalho árduo de conversar com todos os estudantes ingressantes após a efetivação da sua matrícula. A conversa é feita de forma breve, apresentando o serviço e a UNIFESP, mas com falas específicas de acordo com o perfil dos estudantes, a partir das informações do seu tipo de vaga, ampla concorrência, escola pública ou não, recorte de renda, étnico, racial, pessoa com deficiência ou a combinação deles. São orientações individuais e pontuais, que precisam ser rápidas para que a euforia do ato da matrícula não leve embora as informações. Mesmo sendo simples em termos de orientações, essa ação consome bastante energia da equipe.

Uma segunda estratégia são as atividades feitas com todas as turmas de ingressantes em sala de aula, com colaboração dos docentes. Essas atividades fazem parte do Programa de Atenção aos Ingressantes. Findado o período de matrículas, mais ou menos um mês após o início das aulas, a equipe visita todas as turmas de ingressantes e desenvolve duas atividades, com duração aproximada de 2 horas, uma de organização do tempo e planejamento dos estudos e outra sobre técnicas de fichamento de textos acadêmicas. Aproveitamos a oportunidade para apresentar novamente toda a equipe e os serviços do *campus* e da universidade.

## A interdisciplinaridade e o trabalho em equipes multiprofissionais

De acordo com Japiassu (1976, p. 74), “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”. Já para Fazenda (1998), a interdisciplinaridade é, antes de tudo, uma questão de atitude. Segundo a autora, é necessário se ter uma atitude interdisciplinar para que se tenha interdisciplinaridade, um engajamento pessoal. Essa atitude, segundo ela, iria se consolidar no trabalho em equipe, superando a relação teoria e prática, sendo uma espécie de um treino constante do trabalho interdisciplinar, pois interdisciplinaridade não seria ensinada nem aprendida, mas seria necessário vivê-la (FAZENDA, 1998).

Para Santomé (1998, p. 67), a “interdisciplinaridade é um objetivo nunca completamente alcançado, e por isso deve ser permanentemente buscado. Não é apenas uma proposta teórica, mas sobretudo uma prática”.

Dessa forma, discutiremos algumas ideias de equipes multiprofissionais e atuação interdisciplinar. As referências aqui tratadas têm alguns serviços de saúde como base, em razão da falta de pesquisas bibliográficas na nessa área.

Para Peduzzi (2001, p. 105), o trabalho do profissional consiste na

ação racional teleológica, abarcando a ação instrumental e a ação estratégica: a primeira, orientada por regras técnicas, e a segunda, por máximas e valores que buscam exercer influência sobre a definição da situação ou sobre a decisão do outro.

A autora destaca a importância da comunicação entre os profissionais, a despeito das especificidades, linguagem comum, objetivos comuns, propostas comuns e até uma cultura comum. Segundo ela, é necessário que a equipe tenha um plano de ação comum para uma situação concreta de trabalho coletivo em equipe (PEDUZZI, 2001). Para ela,

O trabalho em equipe não pressupõe abolir as especificidades dos trabalhos, pois as diferenças técnicas expressam a possibilidade de contribuição da divisão do trabalho para a melhoria dos serviços prestados, à medida que a especialidade permite aprimoramento do conhecimento e do desempenho técnico em determinada área de atuação, bem como maior produção (PEDUZZI, 2001, p. 108).

Em um trabalho mais recente, Peduzzi *et al.* (2013) afirmaram um aspecto importante da literatura sobre trabalho em equipe e prática colaborativa. Segundo os autores, essas produções mostram “que a articulação das ações e a colaboração dos profissionais de diferentes áreas requerem a manutenção das especificidades de cada área, assim como a interdisciplinaridade requer a disciplinaridade” (PEDUZZI *et al.*, 2013, p. 979).

Iribarry (2003) entende que, independentemente da modalidade pluri, multi, inter ou transdisciplinar<sup>9</sup>, um trabalho que supere a disciplinarização depende da reunião de diferentes profissionais com um trabalho integrado na equipe. Para ele, além de uma equipe coordenada, colaborativa e com uma finalidade, é preciso “que haja um compromisso com a geração de dispositivos renovados para o trabalho realizado”; é necessário que os membros da equipe estejam familiarizados “com a diversidade de disciplinas e que frequente continuamente as disciplinas de seus colegas” (IRIBARRY, 2003, p. 488). Ele destaca a importância de a comunicação entre os membros da equipe ser inteligível para os demais, abandonando jargões disciplinares.

Jargões são diferentes de conceitos, e estes são necessários na resolução dos problemas e deverão ser explicados aos demais membros da equipe, até ela dominar o conceito. Usar um conceito é subsidiar a prática; usar um jargão é distanciar o diferente, é reservar o “poder” do conhecimento. Esses jargões, se compreendidos por toda a equipe, podem ser atalhos de comunicação, significando praticidade, mas podem tornar-se lacunas na construção de respostas.

Para Aiub (2006, p. 110), “o que caracteriza um trabalho interdisciplinar é a transferência de métodos de uma disciplina para outra”, e um dos obstáculos que atrapalha a prática da interdisciplinaridade é o que Proust (1993 *apud* AIUB, 2006, p. 111) denominou como “espírito de paróquia”, que, em suas palavras, significa “a tendência a privilegiar sua metodologia, desqualificando as demais”. A autora aponta que, para se estabelecer um trabalho interdisciplinar, é importante “[...] que as ações de cada profissional sejam transparentes, que se saiba o que se faz, e que se disponibilize a pensar junto com os demais profissionais envolvidos no projeto, considerando as necessidades que a questão impõe” (AIUB, 2006, p. 111).

Já Galván (2007, p. 55) defende que as equipes “não são universos estanques, são estruturas dinâmicas que podem funcionar ora de forma mais integrada ora de forma mais estratificada”, ou seja, na visão dele não é a equipe que é multi ou transdisciplinar, mas sim o seu trabalho. Ele também discute que a simples junção de

Vários indivíduos não caracterizam por si só a constituição de um grupo. Assim ocorre com as equipes de saúde: a nomeação de vários profissionais para compor uma equipe não a torna uma equipe multi, inter ou transdisciplinar. Diria que não a torna sequer equipe. Há que se considerar a necessidade destes profissionais terem objetivos comuns, partilhados e alinhados, o que não é uma tarefa óbvia, nem simples (GALVÁN, 2007, p. 58).

O risco para a permanência e assistência estudantil é de, a partir do trabalho interdisciplinar das equipes, criar uma nova disciplina (THIESEN, 2008), ou campo científico, com o engessamento disciplinar criticado pelos autores citados. Mas essa temática, hoje, carece de mais pesquisas, além de orientações específicas aos profissionais das áreas de atuação.

## Considerações finais

Abordaremos rapidamente dois pontos não citados no relato e que são de extrema importância para qualquer serviço público: como são feitos os registros do trabalho e como o trabalho é avaliado. Os registros são feitos pelos profissionais de forma manuscrita e com armários específicos<sup>10</sup>. Isso tem muito mais a ver com exigências de conselhos de classe, como já identificado por Furtado (2007)<sup>11</sup>, do que com nossas concepções profissionais. Em todo caso, esse debate é comum em várias equipes multiprofissionais que lidam com os assuntos estudantis: como registrar? O que deve ser registrado? Os fatos, encaminhamentos, tudo o que foi falado? O que podemos compartilhar entre profissionais? Como construir um banco de dados? Podemos pensar em diferentes níveis de acesso às informações sobre os estudantes? São muitas questões que podem nortear novas reflexões, das quais ainda não temos acúmulo suficiente para compartilhar.

Outro ponto é a avaliação do próprio serviço, pois não temos avaliações nem do tipo nível de satisfação dos usuários, nem do tipo impacto do serviço na vida acadêmica dos estudantes. Construir esses indicadores parece ser de extrema relevância para o aprimoramento das políticas de permanência, mas como fazer se a maioria dos profissionais e das equipes está saturada de demandas?

Seguindo as reflexões para além dessas duas limitações, tomamos aqui as conclusões de Costa (2007) sobre o trabalho interdisciplinar em

equipes multiprofissionais. Para ele, “ser interdisciplinar é se arriscar na busca do novo” (COSTA, 2007, p. 112). Arriscar-se significa ter insegurança, pois as novidades sempre trazem desconforto, e a falta de referências teóricas ou metodológicas traz a insegurança, em paralelo ao desafio de explorar a inovação, sabendo que é necessário errar, visto que essa é a parte intrínseca do acerto na ciência.

Para além da qualidade no atendimento dos indivíduos, uma vantagem em se trabalhar com equipes interdisciplinares e colaborativas, mesmo podendo ser mais trabalhoso e inseguro, é o fortalecimento da própria autonomia da equipe, da responsabilização compartilhada. Muitos acolhimentos sufocam emocionalmente os profissionais, por mais bem formados e treinados que sejam. Por exemplo, em determinados períodos do ano, a busca pela assistente social é maior por conta dos auxílios, e o excesso de trabalho cria um ambiente mais propício a erros. A análise socioeconômica é privativa desses profissionais, porém a conferência de documentação e orientação das regras dos editais pode ser compartilhada com os demais membros da equipe, “desafogando” um pouco a demanda do profissional em serviço social. Além disso, nesse apoio e contato com esses estudantes, em tese com mais riscos a outras vulnerabilidades, outras demandas podem ser percebidas, como saúde, apoio pedagógico, psicoeducacional etc. Outros exemplos são em casos de violência doméstica. A carga emocional é muito grande para qualquer profissional que acolha essa demanda, e poder compartilhar e pensar em conjunto nas estratégias de apoio aos estudantes, apoiando esse profissional, parece uma excelente oportunidade de ver na prática como a interdisciplinaridade de conhecimentos pode agregar.

A interdisciplinaridade do nosso trabalho está na forma como atendemos e acolhemos os estudantes de maneira conjunta, a partir de diferentes conhecimentos para buscar resolver os problemas e as demandas que esses estudantes nos trazem; está nos momentos em que paramos os atendimentos e acolhimentos para discutir alguns casos que exigem, além dos conhecimentos profissionais, outros conteúdos, desde as regras institucionais até temáticas raciais, de gênero, direitos sociais etc. No processo de estudar a demanda, fazemos trocas e leituras que se dão por diferentes visões e abordagens, com diferentes interpretações, que necessitarão de um consenso para sua resolução.

Trabalhar e pesquisar de forma interdisciplinar pressupõe uma predisposição da equipe em fazer dessa forma. Não basta estar juntos no mesmo espaço, é necessário querer trabalhar junto, compartilhar as dificuldades e possibilidades, trazer experiências e refletir sobre elas.

Araújo e Andrade (2017), ao relatarem o trabalho de uma equipe multidisciplinar no Instituto Federal do Ceará, *campus* Fortaleza, destacam que a falta de uma controladoria de assuntos estudantis e de um espaço físico comum à equipe dificulta a integração desses profissionais. Segunda elas, embora a equipe multidisciplinar seja completa, conforme o regulamento da instituição, composta de psicólogos, assistente social, pedagogo, odontólogo, médico e enfermeiro, o fato de não trabalharem juntos nem participarem do planejamento das ações dificulta a integração da equipe e, conseqüentemente, a qualidade do trabalho prestado aos estudantes, o qual poderia ser mais abrangente (ARAÚJO; ANDRADE, 2017).

No nosso caso, observamos que ter um espaço comum de trabalho é de extrema relevância, entretanto é necessário também que os profissionais tenham a predisposição de trabalhar de forma multiprofissional e interdisciplinar, saindo da sua zona de conforto disciplinar. Em muitos momentos gera desgastes, porque soluções disciplinares seriam mais rápidas e menos exaustivas e potencialmente menos conflituosas, mas com resultados potencialmente limitados, a depender da questão.

Chegar a um serviço de apoio ao estudante sem saber o que a instituição espera do profissional, sem ter referências em sua formação sobre assistência estudantil, para alguns pode ser insuportável e gerar sofrimento, enquanto para outros é um desafio. Normalmente, no início queremos trazer aquilo que temos de experiência, geralmente conhecimentos disciplinares, que são ricos e importantíssimos, mas nem sempre suficientes para atender e acolher os estudantes. As respostas mais comuns são os encaminhamentos: o estudante ingressa por meio do que seria o serviço social, por exemplo, em que o profissional percebe a necessidade de conversar com outra área, como a psicologia ou a pedagogia, e o encaminha. Isso se dá em diversos serviços muito mais pela estrutura como foram concebidos do que necessariamente por uma vontade de as equipes trabalharem de forma disciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar.

Essa reflexão é importante no sentido que as estruturas físicas e arquitetônicas dos espaços em que funcionam os serviços de apoio aos estudantes demonstram a concepção da universidade ou do *campus*, de como entendem

que deve ser o serviço. Não estou negando aqui as dificuldades financeiras e econômicas pelas quais passam as universidades federais desde 2015, mas sim destacando que aspectos estruturais impactam na concepção e qualidade do serviço oferecido. Profissionais que trabalham sozinhos, em salas restritas, têm menos oportunidades de refletir sobre as próprias demandas, e a troca de experiências, seja em conversas ou reuniões para discussão de casos, tem se demonstrado um importante mecanismo de formação das equipes dos serviços de apoio aos estudantes. Esses profissionais necessitam dialogar, inclusive afinando concepções do que entendem ser um serviço de apoio, que atua na garantia de direitos via permanência estudantil, priorizando as ações de assistência estudantil. Compreender o que é permanência e assistência estudantil se faz mais do que necessário para a rotina de trabalho. São temas relativamente novos no vocabulário das universidades, mas urgentes e necessários.

Araújo e Andrade (2017) também falam sobre essa diferença de concepções sobre assistência estudantil e permanência estudantil durante as entrevistas que fizeram com profissionais de uma equipe multidisciplinar. Parte das diferentes compreensões tem relação com o fato de a equipe ter dificuldades em trabalhar de forma integrada e realizar o planejamento das ações de modo conjunto. Segundo as autoras,

Em relação ao trabalho da equipe multidisciplinar – enfatizaram o restrito quadro de funcionários que limita o tempo dos profissionais para um acompanhamento mais eficaz do aluno que recebe auxílio; falta de tempo para a interação e planejamento com outros componentes da equipe, como também, para desenvolverem outras ações relevantes (visitas domiciliares, estudo de casos e pesquisas). Essas situações apresentadas reforçam a importância de algumas medidas emergenciais que contribuirão no desenvolvimento do trabalho mais qualitativo da equipe multidisciplinar nessa instituição, dentre elas, a criação de uma Controladoria de Assistência Estudantil que promova a integração de todos os profissionais da equipe em um só espaço e aproxime também as atividades, planejamento e oportunidades para um trabalho mais satisfatório (ARAÚJO; ANDRADE, 2017, p. 375-376).

Assim, incentivar a troca de experiências entre equipes de serviços de apoio aos estudantes pode ser considerado uma importante política de capacitação profissional e de melhora na qualidade do atendimento aos

estudantes. De modo geral, nossa expectativa é atender os estudantes de maneira holística (termo mais próximo da educação) ou em sua integralidade (termo mais comum na área da saúde), que em síntese significa não recortar o estudante em múltiplos serviços e encaminhamentos.

Contudo, este relato de experiência não busca finalizar, concluir ou encerrar qualquer discussão acerca da importância dos serviços de apoio aos estudantes, tampouco definir como equipes multiprofissionais devem atuar; pelo contrário, busca fomentar novas reflexões e novas práticas dos profissionais de apoio aos estudantes no ensino superior.

Recebido em: 01/09/2020

Revisado em: 09/10/2020

Aprovado em: 20/12/2020

## Notas

1 Pedagogo na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) no Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), da Escola Paulista de Economia, Política e Negócios (EPPEN). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: carlos.dias@unifesp.br.

2 Neves, Sampaio e Heringer (2018, p. 25) classificam como um dos dois grandes quadros interpretativos: “os que procuram enfatizar o potencial de contribuição das instituições de ensino superior para a democratização das sociedades contemporâneas, para a inovação cultural e para a formação de indivíduos intelectualmente autônomos”.

3 O *campus* Osasco da UNIFESP surgiu, em 2011, com os cursos de Administração, Relações Internacionais, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e, em 2013, com o curso de Ciências Atuariais, todos nos turnos integral e noturno; e, em 2021, começará o curso de Direito, em período matutino.

4 É importante destacar que esse relato é referente às atividades realizadas presencialmente até a suspensão das atividades presenciais por conta da pandemia de coronavírus.

5 O horário de maior demanda é na parte da tarde e início da noite, horário em que sempre há no mínimo três profissionais.

6 O Programa de Bolsa de Iniciação à Gestão (BIG PRAE) tem como objetivo envolver os estudantes bolsistas em atividades que promovam a criação, o acompanhamento e o aprimoramento de políticas institucionais propostas pela PRAE, em parceria com o Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD) e os Núcleos de Apoio ao Estudante (NAEs) nos *campi*, para potencializar as ações de permanência estudantil (UNIFESP, 2014).

7 O projeto iniciou em 2014 e é aberto a todos os estudantes do *campus*, independentemente da condição socioeconômica. Desde 2017, mais de 2 mil textos foram reutilizados, o que significa uma economia média nesse período de aproximadamente R\$ 15.000,00 e equivalente a 15 árvores poupadadas.

8 O projeto teve início em 2016 e foi pensando para atender os estudantes do *campus* Osasco, entretanto, nos últimos dois anos, tem tido a participação de estudantes de outros *campi* e universidades da região. Em 2019, teve a participação de 207 estudantes em variadas oficinas e workshops, como organização do tempo, projeto de vida, escrita acadêmica, anotações em sala de aula, fichamentos, normas ABNT, entre outras. No total, foram mais de 20 diferentes temas.

9 Para Nicolescu (2000 *apud* AIUB, 2006, p. 112), “a multidisciplinaridade supõe a mesma questão sendo tratada por disciplinas diferentes. As disciplinas mantêm seus limites e métodos, estabelecem um diálogo abordando a questão a partir de sua perspectiva. Na interdisciplinaridade, há transferência de métodos de uma disciplina para a outra, conforme exemplificado anteriormente e a transdisciplinaridade supõe outro grau de relação. Trans significa o que está ao mesmo tempo entre e além. Haveria alguma coisa entre e através das disciplinas? E ao mesmo tempo, além delas?”.

10 Em alguns casos específicos, fazemos os registros por escrito, e todos os profissionais que acolheram o estudante o assinam. Não temos um documento orientador da instituição apontando como devem ser feitos os registros nem o que deve ser registrado. Os registros são resultados das nossas práticas profissionais em outros lugares, e um dos debates é o próprio nome dado: prontuário? Registro? Portfólio? Faz diferença o nome do registro? Atualmente, cada profissional mantém seus registros individuais, porém de forma on-line.

11 Furtado (2007), ao se referir ao trabalho de equipes multiprofissionais em saúde, destaca como uma das dificuldades a constituição dessas profissões e suas categorias profissionais. Segundo ele, “trata-se, ainda, de um setor no qual prevalecem profissionais liberais de várias formações, que obedecem (e, frequentemente, privilegiam) orientações exteriores à organização, como aquelas provenientes dos conselhos de classe” (FURTADO, 2007, p. 250).

## Referências

AIUB, Monica. Interdisciplinaridade: da origem à atualidade. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 107-116, jan./mar. 2006. Disponível em: [http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/34/interdisciplinaridade.pdf](http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/34/interdisciplinaridade.pdf). Acesso em: 4 jul. 2020.

ALTBACH, Philip G.; HADDAD, Georges. Introduction. *In*: LUDEMAN, Roger *et al.* (ed.). **Student affairs and services in higher education: global foundations, issues and best practices**. Paris: UNESCO, 2009.

ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. O trabalho da equipe multidisciplinar da assistência estudantil no IFCE – campus Fortaleza/CE. **Revista Exitus**, Santa-rém, v. 7, n. 2, p. 350-377, maio/Ago. 2017. Disponível em: <http://>

[www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/317/265](http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/317/265). Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL. Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2007b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL. Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jan. 2010a. Disponível em: [http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria\\_sisu\\_diario.pdf](http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria_sisu_diario.pdf). Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jan. 2010b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 30 jul. 2020.

COSTA, Rosemary Pereira. Interdisciplinaridade e equipes de saúde: concepções. **Mental**, ano V, n. 8, p. 107-124, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v5n8/v5n8a08.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educ. Pesqui.**, v. 43, n. 4, p.1239-1250, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-43-4-1239.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; SAMPAIO, Helena. Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. *In*: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos *et al.* **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020 [no prelo].

FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 1998. (Coleção Práxis).

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a02v1762.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

FIGUEIREDO, Hugo *et al.* **Benefícios do ensino superior**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf). Acesso em: 4 jul. 2020.

FRIED, Jane; LEWIS, Jacqueline. The central role of professional preparation and professional development of student affairs and services staff. *In*: LUDEMAN, Roger *et al.* (ed.). **Student affairs and services in higher education**: global foundations, issues and best practices. Paris: UNESCO, 2009.

FURTADO, Juarez Pereira. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 11, n. 22, p. 239-255, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v11n22/05.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2020.

GALVÁN, Gabriela Bruno. Equipes de Saúde: O desafio da integração disciplina. **Rev. SBPH**, v. 10 n. 2, p. 53-61, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v10n2/v10n2a07.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2020.

HERINGER, Rosana. Expansão do ensino superior no Brasil: acesso, diferenciação interna e políticas de inclusão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2011.

HERINGER, Rosana. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Tomo**, v. 1, n. 24, p. 17-35, 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3184>. Acesso em: 4 jul. 2020.

HONORATO, Gabriela; VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2014. p.1-24. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt25-1/9066-assistencia-estudantil-e-permanencia-na-universidade-publica-refletindo-sobre-os-casos-da-ufsj-e-da-uff/file>. Acesso em: 4 jul. 2020.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, 2017, n.129, p. 285-303, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

IRIBARRY, Isac Nikos. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 483-490, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a07.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 27 jul. 2020.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 19-41, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/340>. Acesso em: 4 jul. 2020.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Rev Saúde Pública**, v. 35, n. 1, p. 103-109, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n1/4144.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2020.

PEDUZZI, Marina *et al.* Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Rev Esc Enferm USP**, v. 47, n. 4, p. 977-983, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reusp/v47n4/0080-6234-reeusp-47-4-0977.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2020.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. A educação superior e os desafios do século XXI: Uma introdução. XXI. *In*: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. p. 15-46.

SILVA, Adão Rogério Xavier; CARVALHO, Mark Clark Assen de. Demarcações históricas sobre a política de assistência estudantil no Brasil. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 10, p. 1-26, e020042, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1244/792>. Acesso em: 4 jul. 2020.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39, p. 545-554, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/10.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015**. São Paulo: UNIFESP, 2011. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/83-documentos-pdi/83-pdi-2011-2015>. Acesso em: 27 jul. 2020.

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. **Regimento do Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE**. São Paulo: UNIFESP, 2012. Disponível em: [https://www.unifesp.br/campus/san7/images/regimento\\_nae.pdf](https://www.unifesp.br/campus/san7/images/regimento_nae.pdf). Acesso em: 27 abr. 2020.

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. **Bolsas de Iniciação à Gestão – BIG**. 2 set. 2014. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prae/programas/programas/big>. Acesso em: 27 jul. 2020.

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. Núcleo de Apoio ao Estudante do campus Osasco. **Relatório de atividades ano-base 2019**. São Paulo: UNIFESP, 2020.